O JUDICIÁRIO

Impresso Especial
62097377/2011 - DR/SC
AMC
CORREIOS

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO VI - Nº 61 - JULHO DE 2011 • WWW.AMC.ORG.BR

ESPECIAL 25 ANOS ESMESC

ESMESC comemora 25 anos de história e realizações

A história da ESMESC começou a ser escrita em janeiro de 1985 quando a diretoria da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), sob a presidência do desembargador João Martins, reuniu-se para deliberar sobre a criação de uma instituição de ensino. Um ano depois, em 28 de julho de 1986, a Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) é fundada com o objetivo de preparar bacharéis de Direito para o ingresso na magistratura.

Páginas 4 a 13

Perfil:
O Judiciário **conta a história do des. José Carlos Köhler**

CRÉDITO PESSOAL

Você pode fazer aquela viagem dos seus sonhos, cobrir despesas extras ou até mesmo presentear pessoas especiais.

COOMARCA
Filiada ao Sistema UNICRED

Editorial

25 anos ESMESC

A presente edição do jornal O Judiciário presta o devido reconhecimento a um projeto vitorioso, que neste mês completa 25 anos de fundação: a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC). Criada para preparar os bacharéis em Direito para o concurso de ingresso à magistratura, a ESMESC se notabilizou ao longo de todos estes anos justamente por oferecer um ensino de qualidade, voltado não só para a preparação ao certame, mas também à formação do futuro magistrado. Os números comprovam tal assertiva: dos 392 juízes do Estado, 238 passaram pelos bancos da ESMESC.

Tudo começou em janeiro de 1985, quando o então presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), desembargador João Martins, reuniu, em caráter extraordinário, a diretoria da entidade, para deliberar sobre a criação de uma instituição de ensino dedicada à preparação do concurso da magistratura. Contudo, somente no ano seguinte, no dia 28 de julho de 1986, com a realização do seu primeiro teste de seleção, é que a Escola inicia as suas atividades, tendo como primeiro presidente o desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto.

E de lá para cá, outros magistrados se revezaram na condução dos trabalhos desta entidade, que há muito cumpre relevante papel, não só como centro de preparação para concursos públicos, mas, sobretudo, como órgão dedicado ao fomento da cultura jurídica em nosso Estado. Não por acaso, a ESMESC, no seu jubileu de prata, muito tem a comemorar, pois conquistou, graças à competência e abnegação de seus gestores, o respeito de suas congêneres espalhadas por todas as unidades da Federação. E pode se dizer mais: ao priorizar a prestação de um ensino sério e de qualidade, a ESMESC acabou por reforçar a imagem do próprio Poder Judiciário de Santa Catarina, reconhecido em todo país pelo seu notório padrão de excelência.

> ***"Perseverança é a palavra que melhor define o espírito daqueles que se lançam na árdua tarefa de ingressar em tão nobre profissão."***

A carreira da magistratura é, inegavelmente, um sacerdócio, e só aceita quem dela realmente queira e esteja apto a fazer parte. Portanto, perseverança é a palavra que melhor define o espírito daqueles que se lançam na árdua tarefa de ingressar em tão nobre profissão. Já se disse alhures que a atividade judicante é o poder que o homem tomou emprestado de Deus. Faz sentido. Nada mais complexo e de grande responsabilidade do que julgar os seus semelhantes. Por essa razão, a ESMESC tem se esmerado nestes anos todos em bem preparar seus alunos para que possam, um dia, quem sabe, assumir tão nobre missão, qual seja, a de distribuir justiça a milhares de cidadãos.

Nesta edição especial, o leitor terá a oportunidade de conhecer um pouco mais da história da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC); suas principais transformações nestes 25 anos; os desafios e ações da atual gestão; e as perspectivas para o futuro da instituição.

É chegada a hora, pois, de comemorar tão importante data; e também de agradecer, pela dedicação de cada diretor, professor, colaborador e aluno, que, juntos, ajudaram a construir e realizar este sonho que ora completa 25 anos de existência...

Memória

Foto: Arquivo ESMESC

Formatura da Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina, turma do 2º semestre de 2002

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP: 88034-570
Telefone: (48) 3231.3006
www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - juiz Paulo Ricardo Bruschi
1º vice-pres. - juiz Sérgio Luiz Junkes
2º vice-pres. - juiz Irio Grolli

Sec. Geral - juiz Jefferson Zanini
1º sec. - des. subst. Túlio José Moura Pinheiro

Tesoureiro - des. José Antônio Torres Marques
1º Tes. - juiz Luiz Antonio Zanini Fornerolli

O JUDICIÁRIO
Ano V, nº 55 - Dezembro/2010

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Gráfica Rio Sul

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição
Fabrício Severino e Bárbara Nunes

Colaboração
Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico
Amanda Mariano

Diagramação
Bárbara Nunes

A ESMESC E OS CURSOS DE PREPARAÇÃO PARA O CONCURSO DA MAGISTRATURA

***JÂNIO DE SOUZA MACHADO**

O ingresso na magistratura nacional dá-se por meio de concurso público de provas e títulos, apresentando-se como requisito obrigatório mínimo o tempo de 3 (três) anos de atividade jurídica, como tal sendo considerada a frequência e o aproveitamento em curso de preparação para o ingresso à carreira que é oferecido pela Esmesc. Lê-se, efetivamente, no seu Regimento Interno, que, dentre outras finalidades, tem a de "preparar, doutrinária e tecnicamente, candidatos para o concurso de ingresso na Magistratura" (artigo 2º, inciso II).

Nos últimos anos tenho me dedicado à tarefa de, a cada semestre, proporcionar aos interessados o conhecimento mínimo da técnica da redação da sentença cível. O contato direto com esses interessados tem me proporcionado um enriquecimento peculiar, que me permite melhor compreender a realidade atual do candidato a uma vaga na magistratura.

A primeira constatação diz respeito à juventude desse candidato, sem que com isso fale, obrigatoriamente, em falta de experiência de vida – maturidade – porque sabidamente coisas muito distintas. É um fenômeno brasileiro, que repercute em nossa realidade, quiçá como decorrência das exigências antes referidas – concurso público com demonstração mínima de 3 (três) anos de atividade jurídica.

Os alunos que frequentam os bancos escolares da Esmesc ostentam, sim, uma média de idade que não ultrapassa os 30 (trinta) anos. Muitos, até ontem, concluíam a formação universitária relativamente à graduação. Alguns, sequer chegaram a exercer uma atividade remunerada. De qualquer modo, têm eles em comum, e como bagagem mínima, um estágio em cartório judicial, em gabinete de magistrado ou de integrante do Ministério Público, em escritório de advocacia ou em órgãos públicos.

Não é pouco. Digo até que é muito!

A juventude do candidato é acompanhada, sempre, por uma ambição. A ambição de fazer algo útil, necessário e imprescindível em relação a um outro fenômeno que tem marcado a vida jurídica nacional, que é a morosidade nos procedimentos judicializados.

Assistimos, nos últimos anos, ao crescente número de reformas na legislação, tudo pautado – assim se diz, muitas vezes, com alarde – pela necessidade de agilizar a Justiça. E como que num movimento circular, agilizam-se os procedimentos e, simultaneamente, avolumam-se os litígios.

Nessa hora, só a reforma da legislação processual não se mostra suficiente. É preciso que se some à força jovem do magistrado, o seu descortínio, o seu destemor, a sua vivacidade e a sua argúcia.

> ***"O conjunto de disciplinas ofertadas pela Esmesc permite que o magistrado em potencial compreenda bem o que o espera, capacitando-o para o bom desempenho de função tipicamente de Estado."***

Em tempos de mudança, a juventude faz-se imprescindível!

Perceba-se que, no outro extremo da carreira, temos um fenômeno diverso, que é a idade longeva dos que nela já ingressaram e ali se mantêm, num ritmo de trabalho metódico e constante, só alterado pela aposentadoria compulsória. Sim, o jovem magistrado, uma vez tendo ingressado na carreira, ali permanece pelo tempo permitido pelo legislador constituinte (idade máxima de 70 anos).

Fotos: Arquivo pessoal

A conjugação desses 2 (dois) fatores – a juventude e a experiência – constituem uma marcante característica brasileira e servem como solução para o crescente número de demandas judiciais. Como explicar, de outro modo, que um juiz brasileiro consiga proferir, de ordinário, mais de 300 (trezentas) sentenças por mês?

E aí se chega a um dado nem sempre compreendido pelo candidato a uma vaga da magistratura.

Mais do que glamour ou obtenção de estado social de relevância na sociedade, as funções a serem exercidas pelo jovem magistrado importam num contínuo e ininterrupto desempenho de atividades. São as audiências, os despachos, as sentenças, o atendimento aos procuradores e serventuários, o preenchimento crescente de formulários e prestações de contas ao Conselho Nacional de Justiça...

O conjunto de disciplinas ofertadas pela Esmesc permite que o magistrado em potencial compreenda bem o que o espera, capacitando-o para o bom desempenho de função tipicamente de Estado.

O significativo número de ex-alunos que hoje integram os quadros da magistratura catarinense é a certeza de que os fins estão sendo atingidos.

Muito mais do que a maioridade, pode-se dizer que a Esmesc atingiu um grau de maturidade que a destaca no cenário nacional.

***DESEMBARGADOR**

Os 25 anos da ESMESC

Fotos: Arquivo ESMESC

História e realizações

Escola comemora seu Jubileu de Prata

Fundada em 28 de julho de 1986, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) nasce para preparar os bacharéis em Direito para o concurso de ingresso na magistratura, bem como promover cursos de aprimoramento para magistrados e servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina. Nesses 25 anos de história, a instituição de ensino vem atingindo sua meta, estabelecendo um modelo adequado de preparação e aperfeiçoamento para os que pretendem um dia atuar no Sistema de Justiça.

O início

A história da ESMESC começou a ser escrita em janeiro de 1985, quando a diretoria da Associação dos Magistrados Catarinenses, sob a presidência do desembargador João Martins, reuniu-se para deliberar sobre a criação de uma instituição de ensino. Estimulados pelo desembargador Cristovam Daiello Moreira – que cinco anos antes havia ajudado a criar a Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul – os magistrados catarinenses oficializaram a idéia, dando início ao curso.

Foto: Arquivo ESMESC

Primeira turma formada pela ESMESC, em 1987

As primeiras aulas iniciaram no dia 15 de agosto de 1986, no auditório do Tribunal de Justiça, após a conclusão do teste de seleção oferecido pelo seu primeiro diretor, o desembargador Tycho Brahe Fernandes Neto, que visava preencher 50 vagas no curso de preparação para o concurso da magistratura. Porém, o reconhecimento oficial do curso pelo Tribunal de Justiça por meio de seu órgão máximo (Tribunal Pleno) só viria dois anos depois, em 1º de junho de 1988.

Foto: Divulgação

As aulas eram ministradas no auditório do Tribunal de Justiça

A princípio, a intenção do desembargador Tycho Brahe era que a Escola fosse administrada pelo Tribunal de Justiça, funcionando como uma entidade dedicada à promoção de cursos de aprimoramento para os magistrados e servidores da Justiça, o que, involuntariamente, fez nascer o embrião do que anos mais tarde viria a ser a Academia Judicial do Poder Judiciário catarinense.

O modelo proposto pelo magistrado provocou reações por parte de alguns desembargadores, que queriam a ESMESC sob o comando da AMC. E assim foi. "Ainda bem que o Tribunal não acatou a minha sugestão e a AMC aceitou o desafio", destacou Tycho Brahe, em entrevista para o jornal O Judiciário em 2009. Ele realizou o primeiro exame seletivo, formou o corpo docente e entregou o cargo pouco tempo depois para o desembargador Norberto Ungaretti. "Não houve problema nenhum. É o meu estilo. Eu faço a brincadeira e na hora que todo mundo está brincando eu saio e deixo o pessoal lá", disse.

1986 - 1994

Fotos: Arquivo ESMESC

Des. Tycho Brahe (à esq.) assumiu a diretoria da Escola no ano de sua fundação, porém, ainda no mesmo ano, entregou o posto para o des. Ungaretti (à dir.).

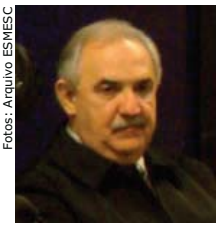
Ainda no mesmo ano de fundação, o desembargador Norberto Ungaretti assumiu a diretoria da Escola e só a deixou em 1994, isto porque havia sido eleito presidente de uma entidade beneficente, mantenedora de asilo para idosos carentes e creche para crianças na mesma condição, no Campeche, sul da Ilha de Santa Catarina, e precisava dedicar-se àquele trabalho voluntário todo o seu tempo disponível. Até hoje, foi o magistrado que por mais tempo exerceu a direção da ESMESC.

Em 1992, durante a sua gestão, com o objetivo de interiorizar suas atividades, implantou a primeira extensão do curso, disponibilizando-a na FURB, em Blumenau, permitindo que alunos de outra região pudessem ter acesso ao curso, atingindo, assim, outro pólo cultural de Santa Catarina. Anos depois, a ESMESC abre outras extensões em parceria com várias instituições de ensino superior instaladas em solo catarinense. Até hoje, já chegou a oferecer o curso num total de 25 cidades.

Foto: Divulgação

Primeira extensão do curso, em Blumenau

1992 - 1995

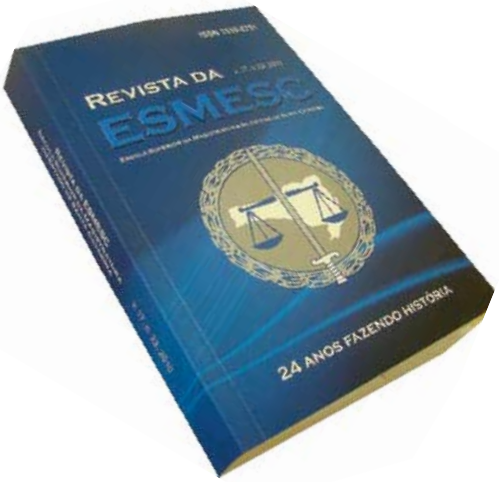


Fotos: Arquivo ESMESC

Des. Nilton João de Macedo Machado publicou a primeira edição da Revista ESMESC.

De 1994 a 1995, o desembargador Nilton João de Macedo Machado assumiu o cargo de diretor da Escola dando continuidade aos trabalhos até então realizados. Implementou e cumpriu efetivamente o calendário de cursos de aperfeiçoamento para magistrados, com módulos sobre temas específicos, cada qual contando com a participação de renomados juristas nacionais e locais. "O tempo de gestão foi curto, mas gratificante. Ao aceitar o convite para assumir a direção da ESMESC, naquela oportunidade, estava ciente de que significava enfrentar grande desafio, principalmente por substituir a notável figura de nosso querido professor e amigo desembargador Norberto Ungaretti, aliado às conhecidas dificuldades operacionais de então, como a falta de um espaço próprio, poucos recursos financeiros e a secretaria contando com apenas duas dedicadas funcionárias cedidas pelo Tribunal de Justiça", revela o ex-diretor.

Durante a sua gestão foi criada e publicada a primeira Revista da ESMESC, formada com textos produzidos pelos palestrantes dos cursos de aperfeiçoamento realizados até aquele momento. Desde então, a Escola a publica anualmente, oferecendo à comunidade jurídica subsídios para questões do cotidiano forense. Cada periódico conta com cerca de 20 artigos, fruto da produção intelectual de magistrados, professores e estudantes de Direito do Estado. A escolha dos artigos é realizada pela Comissão Editorial da ESMESC, que aceita trabalhos considerados originais, no idioma português, como artigos, relatos de experiências, entrevistas, palestras, conferências, resenhas, entre outros.



1995 - 1999

Na gestão seguinte, estando à frente da diretoria o desembargador Alberto Luiz da Costa, a escola lança a versão bilíngüe da Revista da ESMESC, com temas de interesse Sulamericano.

De 1995 a 1999, o então diretor deu continuidade aos trabalhos e propôs possíveis melhoramentos na Escola, como: a reformulação do Regimento Interno, trabalho feito com o apoio de membros do Conselho Estadual da Educação; a criação da extensão do curso em Chapecó, pela UNOESC, uma vez que até o momento só havia a extensão na FURB, em Blumenau; a troca de andar da Escola, que estava situada no 12º andar no prédio do TJ/SC, passando-a para o mezanino, onde houve a possibilidade da divisão de salas; e, no último quadriênio, depois de duas ou três audiências mantidas com o Governador do Estado Paulo Afonso Vieira, a obtenção da cessão do terreno sobre o qual se assentaria a atual Sede da AMC, em 1998.

"Honrou-me dirigir a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, da Associação dos Magistrados Catarinenses, sob a presidência, respectivamente dos juízes de Direito César Augusto Mimoso Ruiz Abreu e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, hoje eméritos desembargadores do TJ/SC. Tratou-se de uma fase de intenso brilho, com a realização de importantes eventos, como o Congresso do MERCOSUL", afirmou o magistrado em entrevista publicada em novembro de 2010, no jornal O Judiciário.

Des. Alberto Luiz da Costa obteve, em sua gestão, o atual terreno da sede administrativa.

A construção da nova sede foi iniciada em 2002

2000 - 2002

Fotos: Arquivo ESMESC

Extensão de Blumenau

Extensão de Chapecó

Extensão de Curitibanos

Extensão de Joinville

Juiz Henry Goy Petry Júnior deu continuidade ao trabalho dos diretores que o precederam e aumentou o número de extensões pelo Estado.

Em 2000, tomou posse do cargo o juiz Henry Goy Petry Júnior, ficando com a responsabilidade até o ano de 2002. Dentre as várias iniciativas, vale destacar: a criação da central de atendimento ao juiz; a instalação do turno matutino, permitindo que um maior número de candidatos cursasse a Escola; e o aumento no número de extensões pelo Estado. "À medida que, com o apoio da AMC, por meio de seu então presidente Rodrigo Collaço, as metas definidas foram alcançadas, dirigir a ESMESC juntamente com os colegas da diretoria e funcionários, tornou-se uma experiência rica e gratificante", ressalta Petry.

2002 - 2004

Sede administrativa da AMC, no Itacorubi, também abriga a ESMESC

Em 26 de setembro de 2003 é inaugurado o marco físico da representatividade político-institucional conquistada pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a sede administrativa, localizada no bairro Itacorubi, em Florianópolis, reunindo em um mesmo local, a estrutura administrativa da Associação e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC). Na época, o diretor da Escola era o juiz Getúlio Corrêa (2002/2004), o qual frisou, durante a inauguração do prédio, que "esta não é uma obra de alguém em especial, mas sim coletiva. Cada um de nós teve participação efetiva na construção dessa nova sede".

O terreno, de 1.650 metros quadrados, foi doado à AMC em 1997, pelo governo estadual, numa iniciativa coordenada pelo juiz Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, na época presidente da Associação, e a construção teve início durante a segunda gestão do juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, que sucedeu Buzzi em 1999.

Juiz Getúlio Corrêa era o diretor da Escola na época em que o prédio foi inaugurado.

A sede abriga um auditório com capacidade para 200 pessoas, duas salas de aula para 60 alunos, estacionamento com mais de 60 vagas, uma biblioteca que atualmente agrega 4.100 títulos catalogados, o que dá mais de seis mil exemplares e um centro de convivência com cozinha completa, bar com churrasqueira e sala de estar. De 1986 a 2003, a Escola funcionou no TJ/SC e, de janeiro a agosto de 2003, em um prédio na Rua Anita Garibaldi. Sempre ao lado da AMC.

"Estávamos ingressando na sede nova da AMC, assumindo integralmente as despesas que, até então, em boa parte eram arcadas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). Daí a importância da ESMESC, nas gestões anteriores, também como braço financeiro da AMC, contribuindo com importantes recursos, o que eu sabia não poder repetir. O desafio era imenso, pois tínhamos que estruturar fisicamente a ESMESC, além de redefinir seu perfil institucional e dar-lhe personalidade verdadeira. Foram momentos difíceis", reitera o juiz Romano José Enzweiler, que ficaria à frente da direção da Escola no primeiro semestre de 2004.

Foi na gestão do juiz Romano que a Escola passaria a assumir as despesas que até então eram sanadas pelo TJ/SC.

Des. José C. Köhler trabalharia em prol das extensões

Biblioteca

Sala de aula

Auditório

Com a estrutura de Florianópolis estabilizada, o diretor seguinte, desembargador José Carlos Carstens Köhler (2/2004), assumiria a responsabilidade de trabalhar em prol das extensões da Escola. "Até o momento, tínhamos extensão do curso em Rio do Sul, Blumenau, Balneário Camboriú e estávamos implantando uma em São Miguel. Foi um aprendizado", afirma o magistrado.

2005 - 2006

Fotos: Arquivo ESMESC

Juiz Francisco José R. Oliveira Neto diz que teve grande apoio do então presidente da AMC, juiz Ricardo Roesler.

Em 2005, o juiz Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto assume a diretoria por um ano.

O magistrado ressalta que foi uma boa experiência, tanto pela qualidade do corpo funcional da ESMESC como também pelo apoio que recebeu do presidente da AMC da época, Ricardo Roesler, "que bem compreendeu as mudanças que precisavam ser feitas para a sobrevivência da ESMESC em meio a um mercado competitivo como é o dos cursos preparatórios", avalia.

Diretoria da Esmesc 2005/2006. Gestão do juiz Francisco José (2° esq. p/ dir.)

2005 - 2009

Durante o ano de 2007, a juíza Mônica Elias e o juiz Paulo Bruschi compartilharam a direção da ESMESC.

Juíza Mônica ao lado do então presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão

Juiz Paulo Ricardo Bruschi (2° dir. p/ esq.), ao lado dos diretores da ESMESC e presidente da AMC

No ano seguinte, a Escola comemorou os seus 20 anos de fundação, e à sua frente estava a juíza Mônica Elias de Lucca Pasold, representando a diretoria da ESMESC. Na sua gestão, que seguiu até 2007, a instituição de ensino passaria pela reformulação do projeto pedagógico, feito para adaptar-se à Emenda Constitucional nº45, que passou a exigir três anos de prática jurídica para os bacharéis em Direito como requisito para o concurso de ingresso na magistratura. Houve então a necessidade de dividir o curso em três módulos, de um ano de duração cada, sendo o primeiro teórico, o segundo teórico-prático e terceiro prático, denominado "residência judicial", cujo mote é oferecer ao aluno o contato direto e cotidiano com a prática jurídica, tornando a preparação para o concurso ainda mais abrangente. Nesse novo sistema o aluno passou a ter a oportunidade de vivenciar e participar ativamente dos trabalhos sob orientação de um juiz de primeiro grau, no período de um ano.

De 2007 a 2009 quem ficou à frente da diretoria foi o atual presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), o juiz Paulo Ricardo Bruschi, que a princípio compartilhou a responsabilidade com a magistrada Mônica. Bruschi avalia que uma das principais ações realizadas durante o período que este trabalhando com a juíza Mônica foi a implementação da Residência Judicial, pioneira no Brasil.

Quanto à continuidade dos trabalhos, o magistrado lembra as mudanças realizadas durante o período de sua gestão: "Sem repetir o que foi cursado na graduação, buscamos os pontos que considerávamos mais relevantes para serem aprofundados, dando liberdade ao professor para, além destes, apresentar aos acadêmicos os pontos que reputassem mais importantes e convenientes", ressaltou.

Para Bruschi, dirigir a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) "foi a honrosa possibilidade de colocar em prática meu próprio entendimento sobre a sua existência, ou seja, formar os futuros magistrados que queremos ver integrados ao Poder Judiciário Catarinense".

O atual presidente da AMC reitera a importância da Escola afirmando que o curso é fundamental para o currículo do postulante à vaga de magistrado, tanto pela sua formatação em termos de disciplinas, quanto pela responsabilidade pelo futuro do acadêmico. Tendo a ESMESC, a responsabilidade pela qualidade dos magistrados que quer ter no futuro.

Juíza Mônica durante solenidade de formatura, em 2005

Juiz Paulo Bruschi entrega certificado de conclusão, em 2009

Ex-diretores da ESMESC, em solenidade em comemoração aos 20 anos da ESMESC

Atual Gestão (2009 - 2011)

Fotos: Arquivo ESMESC

Juiz Silvio José Franco é nomeado Diretor Geral da ESMESC, em 2009.

No dia 17 de março de 2009, a atual diretoria da ESMESC era nomeada e iniciava, então, a gestão do juiz Silvio José Franco, Diretor Geral da ESMESC, do juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, Diretor de Ensino da ESMESC, do juiz Stephan Klaus Radloff, Diretor Cultural da ESMESC, e da juíza Naiara Brancher, Diretora de Extensão da ESMESC. A equipe passaria a executar atividades em prol da excelência, imbuída de dar continuidade aos projetos da instituição, adequando-se sempre às necessidades dos alunos, visando um maior aproveitamento do curso de preparação para o concurso da magistratura e respeitando as exigências do CNJ.

Até o momento, a diretoria já realizou inúmeras melhorias e ajustes no curso preparatório. Em 2010, o juiz Silvio José Franco consolidou a Jornada ESMESC, implantada em 2007, durante a gestão do juiz Paulo Bruschi. Hoje, a Jornada é realizada duas vezes ao ano e faz parte do currículo da instituição de ensino. Outros recursos, visando um melhor preparo para o concurso à magistratura, foram inseridos no programa da Escola, como: o informativo online, a reformulação do site da ESMESC, a criação da plataforma de ensino à distância, a transformação da Revista ESMESC em eletrônica e a inserção de disciplinas que visam a formação humanística da magistratura no currículo da Escola.

Formatura de 2010

As principais realizações da ESMESC

JORNADA ESMESC

Com finalidade de esclarecer pontos importantes da magistratura, oferecendo aos alunos a oportunidade de pensar o Direito de maneira diferente do cotidiano das aulas, em 2007, durante a gestão do juiz Paulo Ricardo Bruschi, a diretoria da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), implantou a Jornada ESMESC como forma de promover debates sobre questões atuais entre magistrados e alunos. A professora Dilsa Mondardo é a idealizadora do projeto.

Desde então, a instituição de ensino vem disponibilizando palestras, painéis e debates voltados para a preparação do aluno para o concurso da magistratura, sempre com a participação de magistrados e professores especialistas nos temas abordados.

A primeira palestra foi sobre os diretos fundamentais e problemas da contemporaneidade, com foco nos pontos relativos à inclusão dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico das várias nações, com destaque às dificuldades de sua efetiva implementação na ordem social, face às grandes desigualdades no campo econômico e social do mundo contemporâneo.

O sucesso da Jornada foi determinante para que se institucionalizasse a sua reedição em setembro de 2008, com um motivo muito especial: 20 anos da Constituição cidadã: direitos fundamentais e cidadania: seus limites. "Foi uma jornada de intensos e acalorados debates a respeito dos ganhos obtidos na efetivação da cidadania e dos direitos, por causa de sua visibilidade no texto constitucional e por causa da comparação com a prática de tais direitos nos vários países, espaço do qual falaram os palestrantes", ressalta a professora Dilsa.

Consolidação

Ciente da importância da Jornada para o debate de temas jurídicos em destaque na atualidade, a atual diretoria - que tem à frente o juiz Silvio Franco - adotou a ideia e a consolidou em 2009, determinando ainda que a partir do ano seguinte fossem feitas, por ano, duas edições do encontro. Para tanto, designou o professor José Issac Pilati como coordenador do evento.

Em setembro do mesmo ano, realizou a III Jornada com tema "Conflitos de vizinhança: como resolver e prevenir". O encontro teve como diferencial a participação ativa dos alunos da Escola que, orientados por José Isaac Pilati apresentaram casos de "conflitos de vizinhança", promovendo um debate com base em jurisprudência e doutrina sobre o assunto. Na oportunidade, o professor Daniel Cerqueira retratou a realidade do direito urbano, especificamente no que se refere aos conflitos em condomínios. O evento também contou com a participação da juíza de Direito de Criciúma, Janice Ubialli, que fez um relato de casos em que foram utilizados meios não adversariais de resolução de conflitos.

No ano seguinte, já designada como fundamental para o currículo do aluno, a Jornada privilegiou o tema: "O Processo Eletrônico como instrumento de acesso à Justiça", que foi abordado por expositores engajados na tarefa de modernizar as formas de administração da justiça. "O assunto é de suma importância para o desempenho das atividades do Judiciário, porque já é uma realidade que o processo judicial se materializa não mais no papel, mas pela apresentação eletrônica de todo o seu conteúdo", comentou Dilsa.

Na segunda Jornada de 2010, realizada em setembro, a ESMESC tratou sobre a cidadania e o voto, já que o evento foi realizado às vésperas das eleições de outubro. Os expositores e debatedores discorreram apontando os aspectos teóricos e práticos da cidadania e do ato de votar e ser votado.

Este ano, a Jornada do primeiro semestre explanou o tema da formação humanística na magistratura, visando dar aos alunos a oportunidade de uma reflexão sobre os desafios a que os magistrados são submetidos cotidianamente e que transcendem a esfera do conhecimento técnico-jurídico. Além disso, disciplinas humanísticas deverão ser incluídas no currículo da ESMESC para satisfazer as exigências do CNJ, que remete a importância para um maior amparo às interferências psicológicas e morais que o futuro juiz sofrerá no decorrer da carreira escolhida.

Como uma das atividades em comemoração ao jubileu de prata da Escola, a ESMESC incluiu a VII Jornada na programação. A Jornada será realizada junto com o IV Encontro Estadual de Alunos da ESMESC, onde será aberto debate sobre a "Magistratura no século XXI". O evento está marcado para o dia 29, das 13h às 17h30, no auditório

Fotos: Bárbara Nunes

A última Jornada Esmesc, realizada no dia 21 de maio de 2011, debateu sobre a Formação Humanística, presente na Resolução nº75 do CNJ

A idealizadora da Jornada, profª Dilsa Mondardo, mediou o evento

A VI Jornada reuniu 130 articipantes

NOVO PORTAL DA ESMESC

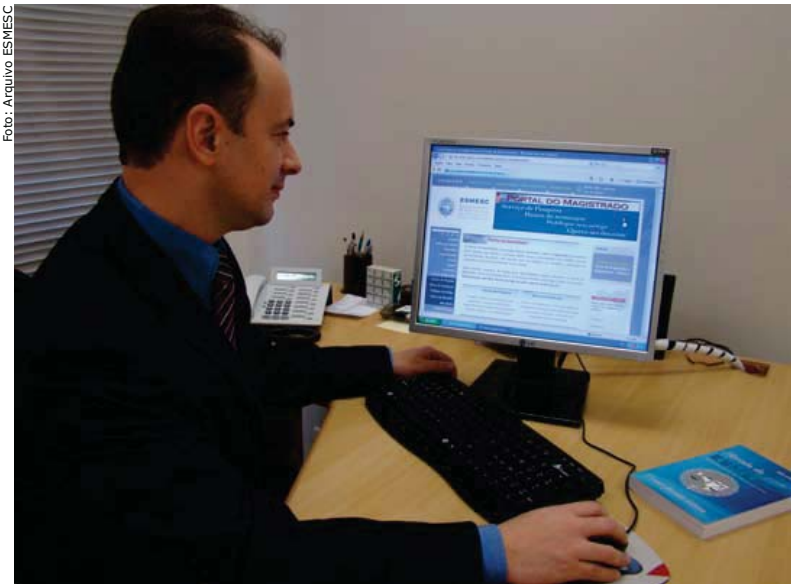


Foto: Arquivo ESMESC

Em 2009, o site da ESMESC foi atualizado com a intenção de deixá-lo mais atrativo e de fácil acesso. Além de possibilitar um maior conhecimento da instituição e estar sempre atualizado sobre as atividades realizadas pela Escola, o portal oferece uma área restrita, destinada aos magistrados e alunos, onde é possível a troca de conhecimento e experiências.

Na primeira seção, o magistrado registrado poderá enviar artigos, publicar suas sentenças e se candidatar ao corpo docente da Escola. Já na segunda, o acadêmico dispõe de uma série de ferramentas que o aproximam ainda mais da secretaria, do professor e dos seus colegas. Ele poderá gerar via web seu histórico escolar e outras declarações, consultar o material de apoio de professores, usar o chat como ferramenta pedagógica, consultar seu histórico financeiro e imprimir seus boletos, dentre outros recursos.

Além de disponibilizar na internet diversos recursos para magistrados e acadêmicos, o Portal da Escola apresenta novos recursos para biblioteca, galeria de vídeo e fotos, consulta e submissão on-line de artigos para a Revista ESMESC, divulgação do trabalho dos Núcleos de Estudos e uma infinidade de outros recursos.

INFORMATIVO ONLINE

As principais notícias da entidade passaram a ser divulgadas via informativo eletrônico, a partir de março de 2010. A Escola visa, com essa iniciativa, levar ao conhecimento dos magistrados catarinenses, professores, alunos e comunidade jurídica em geral suas atividades, buscando difundir o conhecimento jurídico para aqueles que militam na área do Direito, contribuindo, assim, para o aprimoramento profissional de todos.

ENSINO À DISTÂNCIA

Em 13 de setembro de 2010, a diretoria da Escola lançou a "ESMESC Virtual", projeto piloto de utilização de plataforma de Educação à Distância, que, a partir de então, disponibiliza aulas online para os alunos que cursam os módulos I e II.

O sonho de modernização vem desde 2009, quando iniciou o processo de lançamento do Portal da ESMESC, uma área restrita aos magistrados (Portal dos Magistrados), na qual são oferecidos diversos serviços, tais como: banco de sentenças, publique o seu artigo, quero ser docente e o destacado serviço de pesquisa.

Experimentalmente, em 2010, as aulas onlines disponibilizaram a disciplina de Metodologia Científica, com dois professores e suporte técnico 24 horas. A intenção da Escola é ampliar a abrangência dessa modalidade, oferecendo outros cursos como Redação Jurídica e Atualização Legislativa e, mais adiante, inserir o curso completo, para atender os interessados que estão geograficamente distantes da sede.

A metodologia de aula online, em parte, é similar a presencial, ou seja, dividida em horas aula, sendo necessário um mínimo de frequência, a entrega das tarefas no prazo e a participação nos fóruns e bate-papos. Dentre as inúmeras vantagens, destaca-se a administração do tempo e do local dedicado aos estudos, que são de responsabilidade do aluno, favorecendo quem trabalha ou mora longe, por exemplo.

A "ESMESC Virtual" oferece ao aluno suporte acadêmico e de conteúdo, sendo um facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, ao fazer uso da tecnologia como uma ferramenta de mediação entre professores e alunos e entre alunos, permite o esclarecimento de dúvidas, acompanhamento de desempenho individual e atendimento acadêmico.

Foto: Arquivo pessoal

"O método EaD traz nova forma de funcionalidade, possibilita a interação e a troca de informações", afirma a aluna Priscila da Rocha, da extensão de Curitibanos (Módulo I).

REVISTA ESMESC

Voltada para o desenvolvimento de um perfil diferenciado, a ESMESC prepara sólida base de conhecimentos gerais que permitem uma compreensão mais ampla da formação técnica, estimulando o pensamento crítico e sensibilizando para as questões sociais, culturais e éticas que envolvem a vida do cidadão e a atividade do profissional graduado em Direito que pretende seguir na área da magistratura. Neste sentido, a Revista ESMESC é mais um instrumento que a Escola disponibiliza aos operadores do Direito.

Foto: Divulgação

A Escola publica anualmente, desde 1995, a Revista ESMESC, e a oferece a toda comunidade jurídica que procura subsídios para questões do cotidiano da lide forense. O periódico traz temas variados que desafiam a inteligência do leitor, contribuindo à construção do pensamento jurídico e à formação acadêmica. Cada revista conta com cerca de 20 artigos, fruto da produção intelectual de magistrados, professores e estudantes de nosso Estado.

A escolha dos artigos é realizada pela Comissão Editorial da ESMESC, que aceita trabalhos considerados originais, no idioma português, como artigos, relatos de experiências, entrevistas, palestras, conferências, resenhas, entre outros.

Revista Eletrônica

Objetivando dar continuidade ao processo de modernização da instituição que teve seu marco inicial com o lançamento do Portal da ESMESC em maio de 2010, seguido do lançamento da "ESMESC Virtual", em setembro do mesmo ano, que implantou a modalidade de Educação à Distância, a direção da Escola lança em dezembro de 2010, a Revista Eletrônica (versão online da revista impressa), honrando-se em ser a pioneira entre as Escolas de Magistratura do Brasil a adotar essa ferramenta de divulgação de trabalhos científicos por meio do portal de periódicos da CAPES.

A Revista online foi desenvolvida através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), software desenvolvido para a construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas, utilizado por inúmeros periódicos científicos brasileiros na web.

RESOLUÇÃO Nº 75

Este ano, a ESMESC incluiu novas disciplinas no curso de preparação à magistratura visando uma sensibilização do profissional para questões sociais, políticas, culturais e éticas relativas ao contexto das sociedades do século XXI. A inclusão é uma exigência da Resolução nº 75 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visa à inclusão da questão humanística no currículo do magistrado, atualizando o profissional e fazendo-o refletir sobre o comportamento humano.

O encontro, realizado no dia 21 de maio, no auditório AMC/ESMESC, proporcionou palestras expositivas e foi aberto para questionamentos. Os palestrantes falaram sobre a formação humanística na magistratura, ética e os desafios da sociedade atual.

Fotos: Bárbara Nunes

"Vivemos num tempo em que o acúmulo de problemas, de conflitos, de não realização dos direitos está indo bater à porta de um poder específico, e esse poder se chama Poder Judiciário, e temos que estar preparados", compartilhou a professora Vera Regina Pereira de Andrade, durante a palestra sobre o tema.

BIBLIOTECA AMC/ESMESC

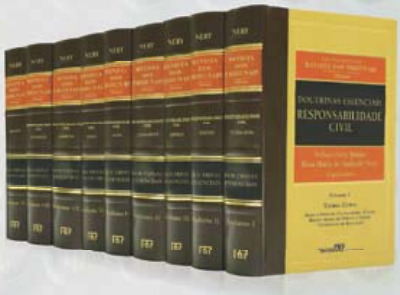
Instalada em junho de 2004, na sede administrativa da AMC, a Biblioteca AMC/ESMESC disponibiliza 4.100 títulos catalogados, totalizando mais de seis mil exemplares. O acervo de livros atende associados, alunos e ex-alunos da ESMESC, professores, funcionários e público externo.

Os periódicos somam cerca de 200 coleções, além dos CD's e DVD's, que ainda são minoria. As obras jurídicas contemplam 90% do acervo e os outros 10% são de literaturas em geral. Como suporte à catalogação MARC21 e serviços integrados de auto-atendimento aos seus usuários, a biblioteca utiliza-se do software BiblioBase como suporte.

Fotos: Arquivo ESMESC

LANÇAMENTOS RT

RESPONSABILIDADE CIVIL
DOUTRINAS ESSENCIAIS
NELSON NERY JUNIOR E ROSA MARIA DE ANDRADE NERY
ORGANIZADORES

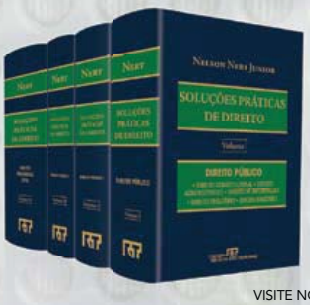


OBRA COMPLETA
9 VOLUMES DE LUXO
PARA SISTEMATIZAR O PERMANENTE E O PRÁTICO.
Mais de 450 doutrinas selecionadas.

Preços imbatíveis Consulte-nos
Entrega gratuita para todo Estado.

SOLUÇÕES PRÁTICAS DE DIREITO
NELSON NERY JUNIOR

OBRA COMPLETA
4 VOLUMES DE LUXO
PARA SISTEMATIZAR O PERMANENTE E O PRÁTICO.
MAIS DE 4.000 PÁGINAS



VISITE NOSSO HOT SITE
www.rt.com.br/solucoes

NOSSA CAASC Caixa de Assistência dos Advogados de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS • Centro
Rua Prefeito Osmar Cunha, 91
Tel.: (48) 3222-4241 /3333-5656

FLORIANÓPOLIS • Sede OAB • Agronômica
Avenida Beira Mar Norte, 4.860 • c/ estacionamento
Tel.: (48) 3239-3555 / 3239-3528

BLUMENAU • Centro
Rua XV de Novembro, 1.502
Tel.: (47) 3322 2905

CHAPECÓ • Sede OAB • Centro
Rua Marechal José Bormann, 613 E • Sala 01
Tel.: (49) 3324-6364 / 3323-8092

CRICIÚMA • Centro
Av. Getúlio Vargas, 465 • Sala 01
Tel.: (48) 3439-3226

JOINVILLE • Centro
Rua Alexandre Doehler, 348 Loja 02
Tel.: (47) 3422-1048/6987

Além do concurso, ESMESC investe no aprimoramento da magistratura

Dos 19 magistrados aprovados no último concurso para magistratura em Santa Catarina, 10 são ex-alunos da ESMESC

Foto: Arquivo ESMESC

Sala de aula, em 2008

"Nada existia no longínquo ano de 1986, que pudesse preparar um candidato à carreira da magistratura. Com a instituição da ESMESC tudo mudou, coadunado com a boa qualidade do ensino ministrado ao tempo. Fiz parte do primeiro corpo discente e disso tenho muito orgulho", ressalta o juiz de Direito de 2º Grau Leopoldo Augusto Brüggemann, que passou no concurso para ingresso na magistratura após formar-se no curso preparatório da Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) em 1987.

Desde a criação da Escola, mais de 3.646 alunos já concluíram o curso preparatório. Destaca-se que, dentre eles, 238 hoje são magistrados e dos 19 aprovados no último concurso para ingresso na magistratura (edital n.01/2009), 10 foram alunos da ESMESC.

Cursando o Módulo 1 do curso de preparação da ESMESC, o graduado em Direito Valmor Júnior Cella Piazza, procurou a instituição de ensino visando, além da preparação para o concurso, a possibilidade de ter um contato mais próximo com a realidade do Poder Judiciário. O mesmo pensamento trouxe para o curso outros alunos, como Cássio Gaboardi e Patrícia Nardi, que fazem o mesmo módulo de Piazza. A intenção de quem procura pela Escola não é simplesmente passar no concurso. De acordo com Patrícia, é também a melhor maneira de aperfeiçoar os conhecimentos na área jurídica.

O juiz Silvio Dagoberto Orsatto formou-se pela ESMESC em 1990 e também acredita que o curso possibilita a proximidade com a judicatura. De acordo com o magistrado, a Escola é base de excelência. "A ESMESC sempre primou por profissionais de elevado nível intelectual e moral, com experiência profissional. No conjunto de seus diretores, professores e funcionários, é a grande responsável pela qualidade da magistratura catarinense", reitera Orsatto.

Atualmente, a ESMESC conta com uma estrutura voltada especialmente para ela, no mesmo prédio da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), no Itacorubi, em Florianópolis. O espaço reserva duas salas de aula, secretaria, copa para os professores e auditório. Porém, esta estrutura só foi possível em 2003, quando a sede foi inaugurada.

De 1986 a 2003, o espaço usado pela Escola era fornecido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), no 12º andar do antigo prédio. De acordo com o juiz Brüggemann "a estrutura era a mínima possível, porém, mesmo com todas as deficiências, não impedia o estudo e a discussão, em bom nível, do Direito. Hoje temos e vemos toda a desenvoltura da ESMESC, instituição da qual muito me orgulha e que serve com maestria à formação dos novos juízes e dá pleno e responsável conhecimento aos magistrados de carreira. É uma verdadeira pérola no campo do ensino e há forte obrigação dos atuais gestores em mantê-la com a mesma garra dos seus pioneiros".

Além de preparar os graduados em Direito para o concurso da magistratura, a ESMESC desenvolve cursos de especialização e atualização dos magistrados. De acordo com o juiz Brüggemann, a Escola tem grande importância para o aprimoramento do magistrado, e os cursos oferecidos são verdadeiros suportes para quem quer fazer carreira na área.

Como um dos profissionais que sempre desenvolve eventos com esse viés na instituição, o juiz Orsatto acredita que "a atualização dos magistrados é uma questão complexa, e sempre pode ser melhorada". De acordo com o magistrado "avançamos muito, porém a estrada é longa e não tem fim. Não só novas leis nos desafiam, porém uma mudança de paradigma se avizinha e a matriz atual de capacitação não está respondendo adequadamente."

Hoje, a Escola conta com 296 alunos, divididos entre a sede e as quatro extensões, sendo 88 discentes no módulo I, 27 no módulo II, 40 no módulo III (Residência Judicial), 43 em Blumenau, cursando o módulo I, 39 em Curitibanos, no módulo I, 29 em Chapecó, também no módulo I e 30 em Joinville, cursando o módulo II. Ainda neste mês, mais alunos entrarão nos módulos I e II, sendo que as inscrições para a prova de ingresso ao curso estarão abertas até o dia 25 de julho.

Foto: Arquivo TRE/SC

Juiz Leopoldo Augusto Brüggemann

Foto: Arquivo pessoal

Juiz Silvio Dagoberto Orsatto

Fotos: Bárbara Nunes

"Procurei a ESMESC porque eu tenho a intenção de me preparar para o concurso da magistratura e também para aperfeiçoar meus conhecimentos na área jurídica."

Patrícia Nardi,
Módulo I - Florianópolis

"Vim fazer o curso na ESMESC principalmente porque a minha mãe, há 15 anos, também fez essa Escola e isso auxiliou muito na preparação dela no concurso público, hoje ela é Promotora de Justiça e sem dúvida nenhuma a Escola teve uma forte importância em sua preparação."

Valmor Júnior Cella Piazza,
Módulo I - Florianópolis

"Na verdade a minha opção específica pela Escola de Magistratura de SC foi através de um comparativo entre as outras escolas do Sul do Brasil. E essa foi a que pareceu com um programa mais adequado."

Cássio Gaboardi,
Módulo I - Florianóolis

Atividades Programadas

No dia 29 de junho a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) realizará a solenidade em comemoração aos seus 25 anos de fundação. A homenagem será na sede balneária, na Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis, com início às 20h. Na oportunidade haverá Stand up Comedy, com Diogo Portugal, apresentações musicais dos participantes do Concurso Cultural, seguido de premiação do concurso, jantar e baile com a banda PH7.

A Escola preparou uma sequência de atividades para presentear todos os envolvidos nesses 25 anos de história, que serão desenvolvidas durante o mês de julho. Uma das propostas é inédita: a realização do Concurso Cultural. Com o tema "A difícil arte de julgar", o concurso tem como objetivo dar um caráter mais cultural às comemorações do Jubileu de Prata, fazendo uma socialização de talentos. Magistrados, docentes e alunos, que possuem dotes artísticos se dividem nas modalidades: Música, Literatura e Fotografia. A exposição das obras selecionadas, nas modalidades de Fotografia e Literatura, está prevista para o período de 25 a 29 de julho, no hall do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e da sede administrativa da AMC.

No dia 27 de julho, a instituição de ensino realizará um coquetel no auditório AMC/ESMESC, onde haverá apresentação do vídeo institucional, lançamento do selo comemorativo, entrega de medalha do mérito acadêmico e certificados de conclusão do curso de preparação ao concurso da magistratura.

Na sequência dos eventos especiais, com o tema "A Magistratura no século XXI", a instituição realizará no dia 29, das 13h às 17h30, no auditório da AMC/ESMESC, a VII Jornada ESMESC e IV Encontro Estadual de Alunos da ESMESC. No evento haverá palestras com: o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura e juiz do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR), Roberto Portugal Bacelar; a juíza do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/SC) e coordenadora da Extensão de Blumenau da Esmesc, Quiteria Tamanini Vieira Peres; e com o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ), Sylvio Capanema de Souza.

E, de 28 a 30 de julho, a Escola apoiará a realização do XXV Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM). A solenidade de abertura será no Auditório Pleno do TJ/SC, no dia seguinte haverá palestra com Raul Marinuzzi, que discutirá sobre harmonia na Escola.

Foto: Bárbara Nunes

Salão de festas da sede balneária da AMC, local onde será realizada a solenidade em comemoração aos 25 anos da ESMESC

Agenda comemorativa

25 A 29 DE JULHO

EXPOSIÇÃO LITERÁRIA E FOTOGRÁFICA
Local: Hall do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e Hall da sede administrativa da AMC/Esmesc.

27 DE JULHO

SOLENIDADE EM COMEMORAÇÃO AO JUBILEU DE PRATA E ENTREGA DE CERTIFICADOS
Local: Auditório da AMC/Esmesc, Florianópolis/SC.

19h - Lançamento do Selo Comemorativo e do Vídeo Institucional
Entrega da Medalha do Mérito Acadêmico
Entrega de Certificados aos Concluintes dos Módulos I, II e III do Curso de Preparação à Magistratura
21h - Coquetel

28 DE JULHO

ABERTURA DO XXV COPEDEM
Local: Auditório Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

14h – Recepção (Hotel Majestic)
19h – Solenidade de Abertura do XXV COPEDEM
21h – Jantar de boas vindas e apresentação cultural

29 DE JULHO

REUNIÃO DO XXV COPEDEM
Local: Hotel Majestic, Florianópolis/SC.

8h30min - Reunião de trabalho
12h - Almoço na ESMESC
13h30min - Visita à Academia Judicial
14h - Palestra com Raul Marinuzzi (Harmonia na Escola)
15h - Reunião de trabalho
16h30min - Coffee Break
17h - Redação da Carta de Florianópolis

VII Jornada ESMESC e IV Encontro Estadual de Alunos da ESMESC
Tema: "A Magistratura no século XXI"
Local: Auditório da AMC/Esmesc, Florianópolis/SC.

13h30min – Abertura
14h – Palestra de Abertura
Palestrante: Juiz Roberto Portugal Bacelar, Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura
15h – Palestra
Palestrante: Juíza Quiteria Tamanini Vieira Peres, Coordenadora da Extensão de Blumenau
16h – Intervalo
16h20min – Palestra de Encerramento
Palestrante: Sylvio Capanema de Souza, Desembargador aposentado do TJ/RJ
17h20min – Encerramento

FESTA DO JUBILEU DE PRATA DA ESMESC
Local: Sede Balneária da AMC/Esmesc, Florianópolis/SC.

20h – Abertura
20h30min - Show de talentos
21h30min – Stand up Comedy, com Diogo Portugal
22h15min- Premiação do Concurso Cultural
22h30min – Jantar
23h – Baile com a banda PH7

30 DE JULHO

REUNIÃO DO XXV COPEDEM
Local: Rod. Gilson da Costa Xavier, 51. Santo Antônio de Lisboa. Florianópolis · SC
12h – Almoço no Restaurante Bate-Ponto

Minha história...

"A Justiça não é uma teia de aranha. A teia de aranha segura a mosca e deixa passar livremente o elefante. A Justiça não pode ser assim". Foi exatamente esta metáfora, transmitida pelo próprio pai, que despertou em José Carlos Carstens Köhler, hoje desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), o desejo de um dia ser magistrado. É, inegavelmente, uma expressão deveras forte, que evidencia a importância do exercício da jurisdição, o qual exige de quem queira assumi-lo, honestidade, imparcialidade, conhecimento técnico, perseverança, humildade e, acima de tudo, sensibilidade, pois nem sempre a lei é suficiente para conduzir o juiz à decisão mais justa...

José Carlos Carstens Köhler nasceu no dia 23 de maio de 1959, no hospital São Lucas, nos altos da Avenida Paraná, em Curitiba, num dia terrivelmente frio. Na Capital paranaense, ele passou boa parte da infância. "Meu pai ingressou na magistratura do Paraná em 1969. E foi juiz no Paraná durante 20 anos. A minha mãe - Marli - atendia muito bem a família e a casa. A minha incursão no Direito se deu, logicamente, por influência do meu pai. Eu nunca quis fazer concurso no Paraná por uma razão específica: Se eu fosse bem, iam dizer que era por causa do meu pai. Se eu fosse mal, eles também criticariam, também por ser filho do Miguel. Então eu fiz essa opção e vim fazer o concurso aqui em Santa Catarina, para evitar esse tipo de comentário. A verdade é que filho de juiz é terrivelmente marcado. Eu conheço bem esse lado. O filho do artista pode ser artista. O filho do jogador de futebol pode ser jogador. O do juiz não pode nada. Na melhor das hipóteses, se o filho for extremamente capaz eles vão falar: 'também, filho de quem é...'", comenta.

O pai, Miguel Horst Bompeixe Köhler, hoje com 71 anos, aposentou-se cedo da magistratura, e há 22 anos dedica-se à advocacia. No Paraná, ele inovou, ao criar a primeira extensão da Escola de Magistratura permanente fora da capital do país, levando-a para Londrina, que continua atuando até esta data.

Embora tenha nascido no Paraná, José Carlos tem fortes laços com Santa Catarina. Seu avô, nascido na Tchecoslováquia, depois de lutar na primeira guerra mundial ao lado dos alemães, veio para o Brasil e se casou com uma brasileira, em São Francisco do Sul, onde nasceu o único filho do casal, Miguel (pai do desembargador José Carlos Carstens Köehler). José Carlos, aliás, só tem uma irmã, que atua como perita criminal e trabalha na área de odontologia legal no Paraná. "Ela é o lado acadêmico da família. Ela tem duas ou três especializações, mestrado, doutorado. Eu sou o lado mais pragmático, digamos assim. A família realmente é pequena. Meu pai é filho único, inclusive. Meu pai trabalhava muito. A partir dos meus 10 anos de idade, eu via o meu pai, desde 7h15 da manhã na máquina de escrever. Às 11h45 ele parava. Lá no Paraná, é muito comum os magistrados trabalharem mais em casa. Aqui em Santa Catarina, os nossos juízes costumam desenvolver seus trabalhos na maior parte do tempo no próprio Fórum. Meu pai, por exemplo, trabalhava em casa pela manhã, à tarde ia para o Fórum, onde ficava até o início da noite, depois voltava para casa, jantava, e voltava a trabalhar. Ele sempre foi muito dedicado. Aí, eu convivendo naquele ambiente, acabei me inclinando, naturalmente, para o Direito", e "não lhe sirvo nem de sandálias bem surradas como magistrado", lembra.

O Desembargador José Carlos Carstens Köhler formou-se em 1981, pela Faculdade Estadual de Londrina, no Paraná. Logo após, advogou por um ano e meio, na mesma cidade, até decidir fazer o concurso da magistratura em Santa Catarina. Em 1983, ele ingressa na carreira, aos 23 anos de idade, sendo então o magistrado mais jovem do Brasil. "Eu advoguei até certo momento, até que eu descobri que a minha vocação era mesmo a magistratura. Eu acho que o que me levou à magistratura foi exatamente a noção de Justiça que me foi repassada pelo meu pai. Ouvi dele certa vez uma expressão e guardei comigo: 'A Justiça não é uma teia de aranha. A teia de aranha segura a mosca e deixa passar o elefante'. Por isso, me sinto extremante realizado com a função judicante", declara. Em sua preparação, Köhler contou com o auxílio de um dos grandes expoentes da magistratura catarinense, o juiz Urbano Salles. "O método dele, ou seja, a forma como ele ensinava seus alunos a fazer uma sentença, era infalível. Ele é uma pessoa extremamente capaz, humilde e sempre respeitou as características de cada um. O Dr. Urbano foi, sem dúvida alguma, o precursor, aqui no Estado, na preparação dos candidatos ao concurso de magistratura de Santa Catarina", conta.

Ele faz questão, porém, de esclarecer que os tempos são outros. "Meu pai fez parte de uma magistratura e eu faço parte de outra. O exercício da jurisdição hoje não tem sido fácil para os juízes, sobretudo a partir da Constituição de 1988, que eu chamo carinhosamente de 'Carta da Primavera'. A quantidade de trabalho, o volume que se põe nas costas dos juízes de 1º grau, principalmente, é invencível, desumano. O juiz acaba se sentindo, atrás da sua mesa de trabalho, um impotente. Ele quer fazer, se dedica, mas ele é um ser humano, tem limites. E isto cria um desgaste emocional muito grande para o magistrado. Eu tenho dito no Pleno com grande insistência, que nós vamos ter brevemente uma magistratura nova, capaz, dedicada, mas doente. Pois o sentimento de impotência, de incapacidade é o pior sentimento que o juiz pode ter. Eu sempre lembro que o engenheiro, por exemplo, constrói o edifício, entrega a obra e está tudo resolvido. A nossa obra nunca está acabada, porque parece não ter fim a quantidade de processos que recebemos", desabafa.

Para o magistrado, assim como as leis processuais carecem de atualização, com foco na redução no número de recursos, a Justiça precisa de forte incremento orçamentário, para que possa expandir toda a sua estrutura e, assim, melhor atender o jurisdicionado. "Com a estrutura que temos hoje, o Judiciário não tem condições de acompanhar toda essa demanda de processos. Atualmente, a troca de informações é muito rápida, a comunicação é instantânea, o mundo dos negócios é dinâmico, como nunca sequer se viu imaginado. Novas matizes do Direito são abertas, como é o caso do Bio-Direito. E o juiz fica cada vez mais assoberbado, por conta do enorme volume de serviço, tendo que atuar em várias frentes. Aliás, o juiz de Direito é o último generalista. Ele atua no ramo do Direito Público, Civil, Eleitoral... Ele faz tudo. E tem um detalhe: o juiz do Estado Democrático de Direito é a única autoridade que pode prender alguém sem culpa formada. Essa é uma decisão muito séria, que revela a responsabilidade da nossa atividade, do exercício supremo da soberania estatal. E mais: a diferença do juiz substituto, que começa a carreira hoje, do ministro Supremo Tribunal Federal é só em relação à competência, é só a matéria que cada um examina", acrescenta.

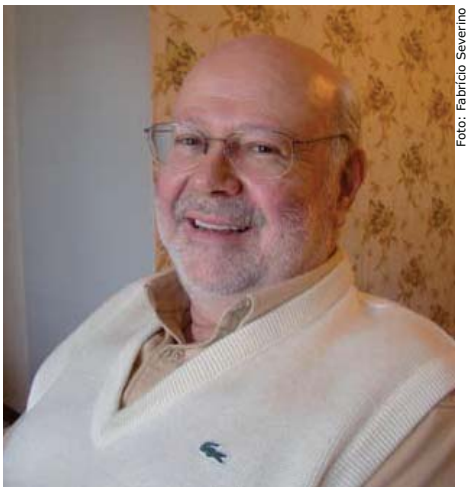


Foto: Fabrício Severino

Desembargador José Carlos Carstens Köhler

Diante da gravidade do quadro, o desembargador José Carlos Carstens Köhler vê com bons olhos a inovadora proposta do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, de reduzir o número de instâncias para apresentação de recursos no Judiciário, com a chamada "PEC dos Recursos". "A partir do momento que tivermos menos recursos, as pessoas vão ter menos possibilidade de procrastinar o andamento dos processos. É preciso perguntar: quem tem interesse numa Justiça morosa? Quem deve não tem interesse que a Justiça ande de forma mais célere. Mas ainda assim, mesmo que seja aprovada esta PEC dos Recursos, temos que ter um número maior de juízes. Há processos extremamente complexos. Tem processo que o juiz demanda mais de 40 horas para achar uma solução, que lhe permita proferir uma sentença, a mais justa possível, a mais adequada. Quando eu atuava na área criminal, julguei um processo que valia por pelo menos uns 50. Foram quase oito semanas de estudo para chegar na decisão que eu entendi correta. Um processo extremamente complexo. Envolvia liberdade de diversas pessoas. Então, tem que ter muito cuidado, pois exige muita responsabilidade do julgador", analisa.

Mas, para Carstens Köhler, não é só a falta de estrutura humana e material, aliado ao excesso de processos, que tem prejudicado o trabalho dos magistrados. As constantes determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) têm "contribuído" para atravancar ainda mais a máquina judicial. "O juiz tem que preencher uma série de relatórios, pesquisa para penhora, sistema Bacenjud, etc. E eu pergunto, quando é que ele julga? Eu temo por essa burocratização do trabalho da magistratura, que fica absorvida com tarefas que não são a de julgar. O CNJ não pode interferir na atividade judicante. Entendo que uma série de tarefas que hoje são acometidas aos juízes deve recair sobre o responsável pelo expediente do cartório. Isso não é função do juiz. Se não daqui a pouco o juiz estará fazendo tudo. E o papel dele não é esse. Os juízes existem, fundamentalmente, para dizer ao lado de quem está o Direito", afirma.

Tão logo passou no concurso, em 1983, José Carlos Carstens Köhler foi designado para atuar em Porto União. Lá, ele viveu uma de suas mais ricas experiências de vida e que marcou de maneira indelével o seu meu amor por Santa Catarina. Foi durante a enchente de 1983. "Eu tinha menos de três meses de magistratura, quando no dia 8 de julho em 1983, fomos atingido por aquela enchente. Foi em todo o Estado, mas lá, seguramente, foi o lugar mais afetado. Foi realmente uma inundação. Tivemos problemas com a represa de Foz de Areia, no município de União da Vitória (PR), onde a água subiu e para retornar ao volume normal levou mais de 30 dias. Provocou um estrago enorme na cidade. E o que me marcou foi a força de vontade e a união do povo. Ali eu vi a força da reconstrução. Parafraseando Euclides da Cunha, o catarinense é, antes de tudo, um forte", rememora.

Além de Porto União, ele judicou também Pinhalzinho, São Carlos, Palmitos, Maravilha, Videira, Balneário Camboriú, Seara, Concórdia, Ponto Serrada, Taió, São Miguel do Oeste, Mondaí, Itapiranga, Joaçaba, Brusque e, finalmente, em Florianópolis, onde hoje integra a Quarta Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC).

De Porto União, ele segue para o Oeste catarinense, atuando nas cidades de Pinhalzinho, São Carlos, Palmitos e Maravilha. Logo após, em 1984, ele retorna para Porto União. "Lá nós tínhamos mais processos trabalhistas do que 'do outro lado da linha', que era União da Vitória, no Paraná, que sediava uma junta de conciliação e julgamento. Eu tinha toda a jurisdição comum. Por isso que eu digo: o juiz de Direito é o último generalista. Depois, quando mudou a Constituição e eu fui promovido para São Miguel do Oeste. Lá onde começa a grandeza da terra catarinense, nas margens do Rio Peperi-Guaçu. Região muito boa de trabalhar. Em São Miguel eu fiquei dois anos e cinco meses. Depois fui para Princesa do Vale do Rio do Peixe, como carinhosamente trato a cidade de Joaçaba. Uma cidade de gente muito acolhedora. É uma cidade que impressiona, eu diria mesmo atípica. Hoje, Joaçaba tem 32 mil habitantes. Tem menos habitantes do que Imbituba, por exemplo. Mas teve a primeira TV a cabo do Estado e é, sem dúvida, o grande pólo daquela região", revela.

De Joaçaba, Köhler segue para Brusque, onde permanece por oito anos. "Considero

esta cidade realmente o berço da fiação catarinense. Peguei uma época muito difícil da economia. Quando cheguei lá, a Rua Azambuja tinha 1.200 estabelecimentos comerciais. Três ou quatro anos depois não tinha mais que 150. Depois vim para a Capital, para ser juiz de Direito de 2º Grau, em 2002, e trabalhei na Câmara Cível Especial. Posteriormente trabalhei nas Câmaras Criminais, ficando de dezembro de 2002 a outubro de 2007. Foram mais de três mil julgamentos no Crime. Aprendi muito com os integrantes das Câmaras Criminais. Tenho um grande carinho e merecido pelo desembargador Maurílio Moreira Leite. Ele era o grande timoneiro, sempre vinha com uma solução, extremamente técnica, justa e adequada. Era o nosso porto seguro", assinala, e, não foi à toa que por todos era tratado como "o professor".

José Carlos Carstens Köhler é um apaixonado pelo interior. Talvez pelo fato de ter acompanhado o pai, magistrado no Paraná, nas várias mudanças de comarcas durante a carreira. "Eu sou muito ligado no interior. Meu pai fez carreira em lugar que para chegar tinha que atravessar 100 quilômetros de estrada de areão. O Fórum não tinha telefone. Eu gosto de interior. Acho que as capitais não tratam bem o interior. A capital é um centro administrativo. A capital existe para coordenar o interior. Há muita insensibilidade em relação ao interior, que o diga Brasília", critica.

Aliás, ele não só gosta do interior como também tem verdadeira paixão por conhecer a fundo os lugares por onde passa. "O juiz deve conhecer bem o lugar onde vive. Mas, isso não quer dizer que ele tenha que ser popular. Não precisa ser 'arroz de festa'. O juiz tem que conhecer a realidade. Se ele mora numa região agrícola, ele tem que saber quanto custa o quilo do suíno, quanto se produz por hectare plantado de lavoura. Hoje, com a velocidade da informação, a pessoa sabe que na China caiu um avião, mas não sabe o que aconteceu na própria esquina. Às vezes, as pessoas não sabem sequer o nome da rua paralela a sua. Então eu sempre procurei me inteirar da realidade da cidade, da sua atividade econômica, etc., através do contato com as pessoas. O mundo, felizmente, não começa, não termina e nem se resume ao Fórum, ressalta.

José Carlos Carstens Köhler fez parte de uma geração que, lamentavelmente, foi privada da liberdade de expressão. "Eu não conheci diretório estudantil com liberdade. E foi exatamente na Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) que eu pude exercer esse direito. Posso dizer que ao longo desses anos, humildemente e com muito orgulho, eu ajudei a escrever a história da nossa entidade de classe. Nós procuramos, por exemplo, responder algumas questões que considerávamos importantes. Como por exemplo, o que é ser associado? O que é uma associação? O que é ser uma associação de magistrados? Como é que a associação deve se relacionar com o TJ? E por fim, estipular uma ligação com a sociedade, e a sua postura perante ela. De início, a AMC não tinha uma feição muito bem definida. Somente após uma série de circunstâncias é que isso acabou acontecendo. Cada momento tem a sua verdade, principalmente num órgão de classe", aborda.

Dentre as muitas passagens pelo movimento associativo, Köhler lembra de uma reunião histórica, ocorrida em 1985, em Balneário Camboriú. "No dia posterior, eu comecei a judicar em Balneário. Então a diretoria da AMC na época, presidida pelo desembargador João Martins, realizou essa reunião, lá no hotel Marambaia. Tivemos amplo apoio do presidente da entidade, no sentido de termos, nós juízes de primeiro grau, liberdade para manifestar o nosso pensamento. E foi importante esta reunião porque obtivemos avanços importantes para a nossa carreira, como por exemplo: a redução do percentual de entrâncias e a igualdade de cada adicional por tempo de serviço; quinquênio; entre outros. Atravessamos aquela época do plano cruzado e aí iniciou um novo governo - 1987 - período em que a magistratura foi mal remunerada. Ele não queria dar aumento e nós acabamos sendo obrigados a realizar uma grande mobilização. Houve a promessa de ajustar, acertar os nossos atrasados até o final de 1988. E eu fui um dos poucos que teve a coragem de chegar no presidente da AMC e disse que não endossaria aquela situação, porque ninguém muda abruptamente o tratamento a uma classe profissional. Tudo isso acabou culminando na nossa primeira greve. Isso foi entre novembro e dezembro de 1988. Um mês de greve. Foi inédito no Brasil. Mais de 95% da magistratura parou por um mês", lembra.

A repercussão causada no seio da sociedade pela primeira greve da magistratura catarinense, como era esperado, foi negativa. Após um mês, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) acabou aprovando as reivindicações dos magistrados. O governador, por sua vez, vetou o projeto, o qual foi derrubado pelos parlamentares. "Valeu a luta. Com todo o respeito, mas é de se lamentar a omissão de alguns, pois aqueles que não acompanharam com o movimento, também se beneficiam, embora a omissão seja falta imperdoável. Mas, faz parte", diz.

Em 1991, os magistrados novamente entraram em greve. "Foi também decidida numa assembléia da AMC, tendo só uns quatro votos contrários. Essa greve também se deu por questões salariais. Ficamos mais tempo parados do que a anterior. A magistratura se mostrou unida. Foram poucos os que não aderiram. A situação era muito ruim antes da greve. Recordo-me de quando fizemos a primeira greve, eu era juiz em Taió e ganhava 10% a mais do que o contínuo da agência do Banco do Brasil. Um desembargador ganhava menos do que um caixa do banco executivo auferia. E assim, a Associação foi ganhando corpo e envergadura diferentes, que eram necessários", assinala.

Outro tema que preocupa Carstens Köhler é a Previdência Social. "Eu penso que ela clama por uma profunda reflexão por todos os órgãos de classe, pois não existe nada pior do que entrar na prorrogação para jogar descalço, num jogo onde todos estão de chuteiras. Hoje, a integralidade é relativa, e também não se tem mais a paridade. É por isso que sou contra a criação de qualquer vantagem pecuniária para os magistrados ativos que não alcance o inativo. Não se pode criar uma disparidade entre ativos e inativos, que "proíba" de se aposentarem aqueles que estão trabalhando. Não é por ter um pai aposentado, não, mas porque eu sei que se o Judiciário chegou nesse patamar de hoje foi porque aqueles que nos precederam nos trouxeram aqui. Lutaram e escreveram uma história, que dentro do tempo deles foi, no mínimo, tão árdua quanto a nossa. Quero deixar bem clara a minha posição: sou extremamente sensível à redução da diferença de entrâncias. Por quê? Ora, se eu quero o aumento do meu subsídio para repor a inflação, se tiver disponibilidade de verba, porque que eu vou ser contra aqueles que estão começando a carreira? Temos que ter coerência. Para mim, ainda que a farinha seja pouca, o pirão não deve vir primeiro. A AMC tem feito o possível. Eu sempre entendi que o Tribunal não poderia ingerir nas atividades da Associação, e da mesma forma, a Associação não pode interferir no Tribunal. Eu sempre defendi, até com algumas severas incompreensões, a independência da Associação em relação ao Tribunal, agora tenho que entender que não posso buscar uma engenharia reversa. A associação é um órgão de classe do qual eu faço parte e me orgulho. Ela representa a classe, a categoria. O Tribunal é a instituição, é o Poder Judiciário, ao qual integra a magistratura de Santa Catarina. Mas, gradativamente a gente tem conversado e se tiver disponibilidade orçamentária, vai se formando o ambiente (sobre a redução do percentual entre as entrâncias). Mas isso não acontece da noite para o dia. Eu entendo que isso, mais cedo ou mais tarde, chegará. Por mim, quando tiver disponibilidade orçamentária, vem", revela.

Também se constituiu num desafio da magistratura, na visão do desembargador, a forma de se comunicar com a sociedade. Para ele, o Poder Judiciário deve buscar meios de melhor se fazer entender perante o cidadão. "Creio que se pode trabalhar melhor essa questão da linguagem jurídica. O direito é uma ciência e toda ciência tem sua linguagem técnica. Mas isso não nos impede de procurarmos uma linguagem mais acessível, que nos aproxime mais do jurisdicionado, pois o magistrado não pode permanecer numa redoma de vidro. Quando fizemos aquelas greves, eu disse: 'nós vamos fazer essa greve, eu estou junto, sou parceiro, mas devo dizer que nós vamos fazer menos falta para o dia a dia da comunidade do que aqueles senhores que coletam o lixo. Creio que isso te a ver com esse nosso distanciamento da sociedade. Então, penso que temos de nos aproximar mais", enfatiza.

Isso não significa, por outro lado, que os magistrados devem exagerar na forma como se comunicam com a sociedade. "Juiz não pode ficar comentando sobre o processo. A mídia e o Judiciário têm visões diferentes, tempos diferentes. Uma decisão judicial requer um determinado amadurecimento. Às vezes, quando a mídia sai na frente divulgando e apontando culpados, corre o risco de cometer equívocos gravíssimos, como foi o caso da Escola Base, de São Paulo. Aquele casal teve a vida absolutamente liquidada sem possibilidade de reparação. O juiz, por sua vez deve, antes de tudo, ter humildade para tratar com o seu semelhante. O processo é o meio, e nele tem verdadeiros dramas humanos. Ninguém traz nada agradável para nós, juízes. Então a gente tem que ter cuidado. O juiz não pode ser insensível. Não é trazer a dor do semelhante para si, mas é entender a dor do próximo e não desistir perante realidades aparentemente imutáveis. O juiz deve perseverar e buscar a solução mais justa. Nem tudo que é Legal conduz ao justo. A magistratura não é um escudo e também não é uma arma", ensina.

Outro grande momento em sua carreira foi, sem dúvida, quando dirigiu a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), no período entre o final de 2004 a meados de 2005. "Encarei esse desafio como um pagamento da fatura que eu tinha com a Associação. Na AMC pude exercitar, ou melhor, ver o que é fazer parte de um órgão de classe e de sua direção. Foi com esse objetivo, tendo em mente que essa era uma missão que eu tinha para honrar a minha dívida com a AMC. Foi um período bom, o qual eu gostei muito. Já tinha lecionado antes, nas extensões de Itajaí, Blumenau e na própria Capital. Então, eu aceitei. Sucedi o juiz Romano (Enzweiller), um grande magistrado e associado, como brilhante diretor", recorda.

Entre as suas ações, Köhler conta que procurou fazer alguns ajustes nas extensões da ESMESC. "Foi um aprendizado. O maior patrimônio da Escola da Magistratura são os seus alunos e ex-alunos. Temos mais de 200 alunos que passaram no concurso da magistratura, não só no Estado, como também seguiram outras carreiras jurídicas. Ao longo desse quartel de século, ela mudou muito. Houve a reforma do Judiciário e com isso ela passou a ser redesenhada, pois nós temos aqui uma diferença: a Academia Judicial trata do aperfeiçoamento dos juízes aprovados, e nós, ali na Escola, trabalhamos na preparação dos futuros magistrados, pois o objetivo dos alunos é o concurso", destaca.

Na sua opinião, o concurso de ingresso na magistratura tem se revelado excessivamente rigoroso. "Eu considero extremamente pesado o nosso concurso. Nunca foi fácil, mas nos dias de hoje está muito difícil. Eu me pergunto: até que ponto esse triênio de prática forense é positivo? Eu não vejo grandes vantagens nisso. A verdade é que a magistratura não precisa de nenhum Ruy Barbosa. A magistratura necessita de pessoas que tenham atributos, boa vontade, conhecimento jurídico no mínimo razoável, dignidade e dedicação. Eu até pergunto: quantos de nós, hoje magistrados, seríamos aprovados no concurso atual? Ou por outra: quantos jovens que não passaram no concurso poderiam ter sido excelentes magistrados? Será que bom senso se aprende na escola? Será que ser justo se aprende na escola ou se ensina? Sinceramente, não sei. Acho que o concurso deve ser repensado e aprimorado", questiona.

Há cinco anos, o desembargador José Carlos Carstens Köhler divide sua vida com a juíza Rosane Portella Wolff. Eles residem em Florianópolis, num belo apartamento, próximo à Beira Mar norte, juntamente com os dois filhos - Guilherme e Ricardo. Diz sentir-se amado, feliz e realizado. Para ele, as andanças pelo interior do Estado, os momentos difíceis, as alegrias, os desafios, tudo, absolutamente tudo, foi vivido com a intensidade que merecia. Nada foi em vão. Tudo está guardado no coração e pode, a qualquer momento, vir à tona, com a eloquência que lhe é peculiar, seja numa assembléia da AMC ou numa roda de amigos. "Me sinto muito feliz com tudo que tenho, minha família e meus amigos, e por tudo que vivi ao longo de todos esses anos. Quero deixar, assim, um afetuoso abraço para os colegas que já escreveram e para os que estão escrevendo a história da magistratura. Aqueles que já passaram pela magistratura catarinense, nos deixaram um legado muito valioso. Nunca vou me esquecer, quando eu saí de casa, lá atrás, quando vim para Santa Catarina, meu pai me disse: 'advogue a verdade, busque incessantemente a justiça, guarde temência à Deus, que é quem deve sempre seguir na sua consciência'. E eu diria mais: 'há um traço comum entre a justiça e o amor: além de serem substantivos abstratos, ambos se fazem sentir pela ausência. Só quando estão ausentes é que sabemos avaliá-los. E de todo o tempo que eu passei, nesses 28 anos de magistratura, com todos os percalços, com todas as alegrias, com todas as conquistas... eu diria que valeu a pena. Se tivesse oportunidade, eu recomeçaria infinitas vezes. Não trago da função judicante nenhuma mágoa. Os momentos mais difíceis me ensinaram a compreender a vida. É sempre na tempestade que a gente conhece quem quer permanecer na tripulação. No mar de almirante, qualquer um navega. Na tempestade é que a coisa pega mesmo", bem como "quando chorei, pratiquei tal ato humano olhando para frente, seguro e com objetivo de enfrentar as próximas vicissitudes", finaliza.

Fabrício Severino

ESMESC 25 ANOS: UM DEPOIMENTO DE PROFESSOR

JOSÉ ISAAC PILATI*

Dos 25 anos da Esmesc participei ativamente da segunda metade, justamente aquela em que se realizaram e consolidaram as grandes mudanças da instituição, desde 2003. Até aí as atividades eram no Tribunal de Justiça, lugar provisório de onde trouxe três lembranças.

Uma delas eram as aulas do desembargador Norberto Ungaretti, cujo término eu aguardava na sala dos professores: os alunos intercalavam grandes silêncios com risos repentinos e curtos. Na saída ele me dizia sempre a mesma coisa: oh Pilati, você está bem?

A segunda foi o encontro da noite de 10 de setembro de 2001. Falando sobre condomínio, eu abri parêntesis para criticar o critério da lei das incorporações para a reconstrução de um prédio atingido por sinistro: vocês acham que se um jato for precipitado sobre um prédio sobra alguma coisa superior a tantos por cento para reformar? Menos de doze horas depois era atingida a primeira das Torres Gêmeas na cidade de Nova Iorque.

A terceira é a que conta: afinal, o Curso era para preparar para o concurso, e só, ou para a formação do futuro magistrado? É um fio de navalha, porque se o professor restringir-se a um dos aspectos, a avaliação acusa; e toda a caminhada das reformas que presenciei e vivenciei foi esforço dirigido entre essas duas margens inexoráveis do nosso caminho.

Na nova sede junto à Associação dos Magistrados Catarinenses, o momento mais importante talvez tenha sido o da crise suscitada pela concorrência de novas tecnologias e do ensino à distância. Os diretores, como os presidentes da AMC, todos eles sem favor, foram conscientes, abertos e tomaram sempre as decisões adequadas. Então, o que fazer para continuar captando o interesse da juventude do Estado com a Escola?

Numa reunião da época, em que participaram diversos desembargadores, a diretoria, o corpo docente e o pessoal de apoio administrativo, calou-me fundo a idéia de que a Escola deveria lançar mão do grande potencial que era a estrutura do Judiciário para a prática jurídica. Seria a solução para o dilema concurso x formação.

Com o advento da Emenda Constitucional 45, exigindo três anos de prática jurídica como requisito para o concurso de ingresso na magistratura, a Escola, enfim, deu o salto nessa direção, reformulando totalmente o seu projeto pedagógico, em 2006. Criaram-se os três módulos: I teórico; II teórico-prático; III prático – denominado "residência judicial" (na linha mutatis mutandis da residência médica).

Essas medidas vieram acompanhadas da contratação de profissionais qualificados para áreas específicas, como Secretaria, Informática e Biblioteca, assim como da criação de disciplinas novas, tais como as que procuram habilitar o futuro juiz a pesquisar, a escrever, a falar em público – e aí estou privilegiando o registro daquelas atividades de que participei mais de perto.

A disciplina voltada à Elaboração de Artigo proporcionou-me a oportunidade de trabalhar várias frentes, com a parceria da professora Dilsa Mondardo: orientar a pesquisa, e com isso estimular a produção dos alunos, de forma a obter outros ganhos, tais como promover a Revista da Esmesc (com a publicação dos melhores artigos) e habilitar os discentes nas técnicas de apresentação oral dos respectivos trabalhos.

Foto: Bárbara Nunes

Nessa labuta, atendendo a um estímulo da diretoria (Dr. Sílvio Franco), ganharam vulto as Jornadas da Esmesc, sendo de se destacar alguns temas a título de ilustração: juizados especiais, direito de vizinhança, processo eletrônico, direito eleitoral, assuntos de grande atualidade, sempre discutidos com intensa participação dos alunos.

Em 2010, a experiência de Elaboração de Artigo Científico deu lugar à disciplina de Metodologia Científica, ministrada à distância para todas as turmas ao longo do Estado, com acompanhamento 24 horas de professores e equipe técnica. Era, finalmente, o ingresso da Escola no mundo virtual que a desafiava desde o início do novo século.

Se me fosse perguntado qual é o segredo, por que a Esmesc tem conseguido conciliar o novo sem se descaracterizar em relação ao começo, eu não destacaria, apenas, o trabalho coletivo e a lucidez dos que a comandaram até aqui. O mais importante foi o lado do respeito e do afeto entre as pessoas. Esse aspecto nunca foi interrompido, exatamente como nas religiões, que vem de religare: elas perseguem perpetuamente o seu Princípio, e somente ele é que não muda.

***PROFESSOR DA ESMESC**

Curso de Preparação para a Magistratura

Abertas as inscrições para a Prova de Ingresso nos Módulos I e II de1º junho a 06 de julho de 2011

INSCRIÇÕES PRORROGADAS ATÉ 20 DE JULHO. APROVEITE!

Prova de Ingresso no Módulo I
Florianópolis e Joaçaba

Inscrições:

Para as turmas da Capital:
das 13h às 20h
na sede da AMC/ESMESC
Rua dos Bambus, nº 116
Itacorubi - Florianópolis/ SC
CEP: 88034-57
Fone (48) 3231 3045

Extensão de Joaçaba:
das 8h às 11h e das 14h às 17h
Secretaria do curso de Direito
UNOESC - Rua Getulio Vargas, 212
Bloco V - Flor da Serra
Joaçaba/ SC
CEP: 89600-000
Fone (49) 35512038

Prova de Ingresso no Módulo II
Florianópolis e Criciúma

Inscrições:

Para as turmas da Capital:
das 13h às 20h
na sede da AMC/ESMESC
Rua dos Bambus, nº 116
Itacorubi - Florianópolis/ SC
CEP 88034-57
Fone (48) 3231 3045

Extensão de Criciúma:
das 8h às 12h e das 14h às 22h
recepção da Pós-Graduação/UNESC
bloco P- sala 1
Av. Universitária, 1105
Bairro Universitário - Criciúma/ SC
CEP 88806000
Fone (48) 3431 2626

Visite o site da ESMESC e conheça a grade curricular dos Módulos

Telefones: (48) 3231-3041 - (48) 3231-3037- Site: www.esmesc.org.br

ESMESC
Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina